

NOTAS EXPLICATIVAS – EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2023
ESPAÇOGRÃOS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DO CONTEXTO OPERACIONAL E ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A EspaçoGrãos Empreendimentos e Participações S.A. é sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Coromandel – MG, Rodovia BR-352, km 67, zona rural, inscrita no CNPJ nº 32.653.700/0001-71, constituída em 20 de dezembro de 2018.

A Companhia tem por objeto social, em síntese:

I – a atividade de armazéns gerais, incluindo emissão de títulos especiais (conhecimento de depósito e warrant), nos termos do Decreto nº 1.102/1903;

II – a prestação de serviços de armazenamento, ensilagem e guarda de produtos agropecuários (milho, soja, sorgo e outros), com atividades acessórias de limpeza, tipificação, expurgo, conservação, desinfecção, beneficiamento e padronização;

III – o armazenamento de cereais, derivados, insumos agropecuários, gêneros alimentícios e outros produtos compatíveis;

IV – o comércio de produtos alimentícios e matérias-primas agrícolas, inclusive atacadista, com atividades de fracionamento e acondicionamento associados.

Art. 3º No exercício de 2023, a Companhia manteve suas operações no ramo de armazéns gerais com emissão de warrant, alinhada ao objeto social descrito, observando a legislação societária, fiscal e regulatória aplicável ao setor.

DA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 compreendem:

I – Balanço Patrimonial;

II – Demonstração do Resultado do Exercício;

III – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;

IV – Notas explicativas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade:

I – com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas, conforme NBC TG 1000 (R1);

II – com a legislação societária brasileira, especialmente o Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e demais dispositivos legais aplicáveis às sociedades empresárias, bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), naquilo em que forem compatíveis com a NBC TG 1000.

A Administração declara, de forma explícita e sem reservas, a conformidade das demonstrações contábeis com a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, e, na data-base de 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas incertezas relevantes quanto à capacidade de continuidade da Companhia.

DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico como critério predominante de mensuração, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, a NBC TG 1000 (R1) e a legislação societária aplicável.

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$), e as demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de forma diversa nas notas explicativas.

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, sendo observadas, em especial, as seguintes diretrizes:

I – as receitas de serviços são reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, for provável a entrada de benefícios econômicos e a proporção dos serviços executados puder ser mensurada de forma confiável;

II – as despesas são reconhecidas à medida em que incorridas, independentemente de seu pagamento, guardando correlação com as respectivas receitas, quando aplicável.

Os ativos e passivos são classificados em circulantes e não circulantes, observados os critérios estabelecidos na NBC TG 1000 (R1), em especial:

I – ativos circulantes: aqueles que a Companhia espera realizar, vender ou consumir durante o ciclo operacional normal, ou em até doze meses após a data das demonstrações contábeis, bem como caixa e equivalentes de caixa;

II – ativos não circulantes: todos os demais ativos que não se enquadram na definição de circulantes, registrados pelos valores considerados recuperáveis pela venda ou pelo uso;

III – passivos circulantes: obrigações que a Companhia espera liquidar no curso normal do ciclo operacional ou em até doze meses após a data das demonstrações contábeis;

IV – passivos não circulantes: todas as demais obrigações que não atendem à definição de passivo circulante, mantidas de acordo com a melhor estimativa da Administração quanto à sua liquidação futura.

DO REGIME TRIBUTÁRIO E TRIBUTAÇÃO SOBRE A RECEITA

No exercício de 2023, a Companhia foi tributada pelo regime do Lucro Real, com apuração trimestral do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

Art. 13. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos tributos incidentes sobre o faturamento e demais tributos indiretos previstos na legislação, cujas alíquotas e bases de cálculo são observadas conforme o enquadramento fiscal da Companhia e a natureza das operações.

DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os ativos financeiros da Companhia são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos, observando-se as categorias de instrumentos financeiros previstas na NBC TG 1000 (R1).

Em 31 de dezembro de 2023, os principais ativos financeiros registrados compreendem:

I – caixa e equivalentes de caixa, no montante de R\$ 15.723,49, assim compostos:

a) numerário em caixa, no valor de R\$ 8.022,89;

b) depósitos em contas correntes:

1. Banco Bradesco, conta corrente nº 3967-5, no valor de R\$ 1,00;

NOTAS EXPLICATIVAS – EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2023
ESPAÇOGRÃOS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

2. Banco Itaú, conta corrente nº 27392-3, no valor de R\$ 10,00;
3. Banco Bradesco, conta corrente, nº 138913-0 no valor de R\$ 124,43;
4. Banco Daycoval, conta corrente, nº 7450380 no valor de R\$ 659,26;
5. Banco Caixa Econômica Federal, conta corrente, nº 6276 no valor de R\$ 623,27;

II – aplicações financeiras de curto prazo, no montante de R\$ 6.282,64, assim compostas:

- a) aplicação financeira junto ao Banco Itaú, no valor de R\$ 464,30;
- b) aplicação Banco Santander, no valor de R\$ 725,69;
- c) aplicação Banco Bradesco, no valor de R\$ 5.092,65.

Os passivos financeiros, em especial duplicatas/fornecedores a pagar e demais obrigações, são mensurados ao custo amortizado, com base no valor nominal ajustado, quando aplicável, pela taxa de juros efetiva, não havendo instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia.

A Companhia está exposta a riscos financeiros inerentes às suas operações.

DAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E PROVISÕES

A Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas são baseadas em experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes e são revistas ao final de cada exercício social, com efeitos reconhecidos no próprio período em que são revistas.

As principais áreas que demandam julgamento e estimativas incluem, entre outras:

I – provisões para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável;

II – avaliação da recuperabilidade de ativos não circulantes (teste de impairment);

III – provisões para contingências e passivos de natureza trabalhista, cível, tributária ou contratual, quando identificadas obrigações presentes com probabilidade de saída de recursos.

DA COMPOSIÇÃO RESUMIDA DE CONTAS RELEVANTES

Caixa e contas correntes bancárias: o saldo de R\$ 9.440,85 em 31 de dezembro de 2023 é composto por numerário em caixa e depósitos bancários à vista em instituições financeiras, estando disponíveis para uso imediato nas operações.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém R\$ 6.282,64 aplicados em produtos financeiros de curto prazo. Tais aplicações possuem alta liquidez e estão sujeitas ao risco de crédito das instituições emissoras, sendo regularmente acompanhadas pela Administração.

Duplicatas a pagar/fornecedores: o prazo médio para pagamento das duplicatas é de até 30 (trinta) dias, sendo que, em sua maior parte, os fornecedores são quitados na mesma competência da compra, observando-se as condições contratuais e práticas de mercado.

Obrigações trabalhistas e tributárias: a Companhia declara que, na data de 31 de dezembro de 2023, encontrava-se com todas as obrigações trabalhistas e tributárias em dia, não possuindo encargos ou impostos vencidos em aberto, sendo os registros efetuados em observância à legislação vigente.

DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, RESULTADOS E LUCROS ACUMULADOS

O patrimônio líquido é composto pelo capital social e pelas reservas e lucros ou prejuízos acumulados, sendo as mutações evidenciadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de lucros acumulados da Companhia totaliza R\$ 16.438.909,42, conforme apurado na Demonstração do Resultado do Exercício e refletido na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A destinação do lucro do exercício, inclusive eventual constituição de reservas e distribuição de dividendos, será objeto de deliberação em Assembleia Geral, observadas a legislação societária, o estatuto social e os interesses de continuidade e investimento da Companhia.

DA MATRIZ DE COMPETÊNCIAS CONTÁBEIS E CONTROLES INTERNOS

Para efeitos de governança, transparência e atendimento às melhores práticas contábeis e de controles internos, recomenda-se a manutenção de matriz interna de competências, em síntese:

I – Contabilidade e controladoria:

- a) elaboração, revisão e assinatura das demonstrações contábeis, em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) e a legislação societária aplicável;
- b) definição, atualização e monitoramento das políticas contábeis adotadas, bem como a análise de julgamentos e estimativas relevantes;
- c) suporte técnico à Administração na interpretação de normas contábeis e na avaliação dos efeitos de novos pronunciamentos e alterações normativas.

II – Escrituração e organização contábil:

- a) registro tempestivo e fidedigno dos fatos contábeis, com base em documentação hábil e idônea;
- b) realização de conciliações periódicas de contas patrimoniais e de resultado, garantindo a integridade das informações;
- c) guarda, organização e conservação dos documentos de suporte, observando-se, quando aplicável, a ITG 2002 – Escrituração Contábil, e os prazos legais de arquivamento.

III – Gestão fiscal e tributária:

- a) apuração e recolhimento dos tributos e contribuições devidos, em especial aqueles relativos ao regime do Lucro Presumido e tributos incidentes sobre faturamento, folha e demais bases;
- b) controle de tributos a recuperar e obrigações tributárias a recolher, com conciliação periódica e acompanhamento de eventuais pendências;
- c) monitoramento de alterações na legislação tributária e avaliação de seus impactos sobre as operações da Companhia.

IV – Finanças e gestão de riscos:

NOTAS EXPLICATIVAS – EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2023
ESPAÇOGRÃOS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

a) gestão de liquidez, crédito e risco de mercado, por meio de acompanhamento de fluxos de caixa, limites de crédito e aplicações financeiras;

b) definição de diretrizes internas para aplicações financeiras, endividamento e prazos médios de pagamentos e recebimentos;

c) acompanhamento de indicadores econômico-financeiros relevantes (margens, endividamento, liquidez), com reporte periódico à Administração.

V – Governança, conformidade e integridade das informações contábeis:

a) alinhamento das rotinas contábeis e financeiras com as normas profissionais, em especial as emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

b) observância à legislação aplicável quanto à guarda de documentos, responsabilidade dos administradores e do profissional da contabilidade;

c) adoção de procedimentos que assegurem a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações contábeis e financeiras, em consonância com as boas práticas de governança e com a proteção de dados corporativos.

DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

A Administração declara que as demonstrações contábeis refletem, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, baseando-se na documentação remetida para contabilização e nos controles internos implementados.

A Companhia mantém serviços de contabilidade terceirizada, regularmente registrada no Conselho Regional de Contabilidade competente, cabendo à Administração:

I – a responsabilidade pela veracidade, integralidade e procedência das informações e documentos fornecidos;

II – a observância às responsabilidades legais, inclusive as previstas na legislação societária, fiscal e na Lei nº 11.101/2005, no que couber;

III – a análise e aprovação das demonstrações contábeis antes de sua formal emissão.

A responsabilidade profissional do contador que subscreve as demonstrações contábeis limita-se aos fatos contábeis efetivamente informados pela Administração e aos procedimentos de escrituração, classificação e elaboração das peças contábeis, observadas as normas técnicas e profissionais em vigor.